

A TRAJETÓRIA DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE IPIAÚ: DE EUCLIDES NETO AO MST

Joallan Cardim Rocha¹

RESUMO: *Esta pesquisa tem como objeto de estudo analisar a trajetória da Reforma Agrária no município de Ipiaú: De Euclides Neto ao MST. Ao pesquisar duas experiências distintas de coletivização da terra, o bolsista delimitou como problema a existência de um assentamento de Reforma Agrária realizada por um gestor público no município de Ipiaú, em 1963. Este assentamento denominado “Fazenda do Povo”, fruto da desapropriação de uma fazenda com 158 ha, possibilitou o acesso à terra para 75 famílias desempregadas. Ressalta-se também o contexto histórico em que este assentamento foi realizado, presenciávamos os tempos áureos da monocultura do cacau. Os objetivos passam por analisar as causas que levaram à construção deste assentamento rural e o posterior processo de descaracterização do projeto inicial nos marcos da crise da lavoura cacauzeira e da ação do poder municipal. Esta pesquisa deu conta do primeiro evento desta trajetória - a Reforma Agrária de Euclides Neto. A análise sobre o MST e o acampamento Carlos Marighela será objeto da proposta de renovação da bolsa de iniciação científica. A pesquisa possibilitou para o pesquisador uma melhor familiarização com a metodologia científica, o desenvolvimento de habilidades para realizar pesquisas bibliográficas, documentais, entrevista, pesquisas de campo e análise de dados quantitativos e qualitativos. O processo de pesquisa possibilitou entender como a dinâmica da luta pela terra é capaz de levar a espacialização de experiências de assentamentos rurais mesmo em contextos históricos desfavoráveis.*

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamento rural; Espacialização

INTRODUÇÃO

Este trabalho enquadra-se na linha de pesquisa do Projeto GeografAR sobre os assentamentos rurais de Reforma Agrária e tem como área de estudo a Fazenda do Povo e o acampamento do MST(Carlos Marighela) no município de Ipiaú, região Sul da Bahia. A pesquisa - realizada com bolsa de iniciação científica/PIBIC-buscou analisar, a partir de um minucioso estudo que envolveu uma longa revisão bibliográfica, entrevistas e saídas a campo, “A trajetória da Reforma Agrária no município de Ipiaú: De Euclides Neto ao MST”. Nesta trajetória histórica, que vai de 1963 aos dias atuais, podemos precisar uma experiência e uma tentativa de Reforma Agrária. A primeira experiência ocorreu na área rural pertencente ao município de Ipiaú durante a gestão do prefeito Euclides Neto (1963- 1967), quando foi desapropriada uma Fazenda com 158 ha a 11 Km do centro urbano do município. Essa experiência, no auge da monocultura do cacau, ficou conhecida como Fazenda do Povo, a primeira experiência de Reforma Agrária feita por um gestor público na Bahia. A outra caracterizamos como sendo uma tentativa, ainda em aberto que surgiu a partir da ação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) como movimento social organizado. O artigo começa com um estudo sobre a formação histórica da cidade de Ipiaú, faz-se uma análise sobre a formação do município desde o desenvolvimento sócio-econômico da região Sul da Bahia até a

¹ Graduando em Ciências Sociais pela UFBA e pesquisador (IC-PIBIC) do Projeto GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. E-mail: joallanrocha@hotmail.com. Orientadora: Guiomar Inez Germani, Professora Doutora do Mestrado em Geografia da UFBA (MGEO/UFBA) e coordenadora do Projeto GeografAR. E-mail: guiomar@ufba.br.

expansão da lavoura cacauzeira. A segunda parte do artigo adentra na experiência de Reforma Agrária, conhecida como Fazenda Povo, buscando compreender o processo de formação desse assentamento rural e o posterior processo de descaracterização do projeto inicial a partir do descaso dos gestores públicos que sucederam Euclides Neto. E, por fim, é analisada a atual situação da Fazenda do Povo, que se encontra em completo descaso. Hoje este assentamento, que um dia foi modelo para outras experiências, está com os dias contados devido a políticas implementadas pelas administrações municipais.

1. A FORMACAO HISTORICA DA CIDADE DE IPIAÚ

1.1 O processo de colonização

O processo de ocupação da região onde se encontra o atual município de Ipiaú se deu entre os anos de 1896 e 1930. Esse período foi marcado pela expansão da cultura do cacau no estado da Bahia. Este ciclo caracterizou-se por ser a terceira fase² da monocultura do cacau, que marcou profundamente a dinâmica da região Sul da Bahia.

Na primeira década do século XX, e com o entusiasmo que decorreu da colocação do cacau em primeiro lugar nas exportações do estado, a expansão da lavoura se acelerou e a frente de penetração ganhou o rumo noroeste, em direção ao Rio de Contas e Poiri, seguindo-se as margens dos afluentes, riachos e ribeirões. (ROLIM GARCEZ, 1977, p.82).

É nesse contexto de implantação da monocultura do cacau em toda região Sul, que podemos situar o surgimento de um povoado conhecido com Encruzilhada do Sul, hoje, Ipiaú. O marco inicial da colonização do município de Ipiaú data da segunda década do século XX, a partir de 1913. A região onde se desenvolveu o município de Ipiaú era ocupada por índios "Tapuias", cujas aldeias existiam até o início do século XX. Estas terras ainda no século XIX foram concedidas em forma de "sesmarias" pela coroa portuguesa a José de Sá Bittencourt, proprietário da Fazenda Borba.

Em pouco tempo houve um aumento da população, que se concentrou principalmente às margens do Rio de Contas, fazendo surgir, pequenos grupos habitacionais, arruados, que mais tarde deram origem a Ipiaú e que ficaram conhecidos por vários nomes. Um deles foi Rapatição. Outros nomes foram usados para designar este povoado, como Encruzilhada do Sul. (SILVA, 2003, p.28).

² Os ciclos do cacau deram-se em várias fases. A primeira (1746-1820) é caracterizada pelo desbravamento, dispersão e descontinuidade no plantio e significou pouco para exportação da região. A Segunda fase do ciclo do cacau, de 1821 a 1895, é caracterizada pela consolidação do desbravamento e pela regularização do comércio do cacau com o exterior. Entre os anos de 1896 e 1930, a cultura do cacau estava em expansão e vivia o seu apogeu: era a terceira fase; neste período; o cacau passa a ser o primeiro produto das exportações baianas, e o Brasil se situava entre os maiores produtores mundiais. Neste cenário, surge o povoado Encruzilhada do Sul, futura Ipiaú. Na Quarta fase, que vai de 1931 a 1957, Ipiaú já era um município; esta fase caracteriza-se pelo crescimento da área cultivada em toda a zona cacauzeira (de 109.405 ha para 302.418 ha) e pela duplicamento da produção (de 73000 arrobas para 140000 arrobas). A Quinta fase da economia cacauzeira configura-se a partir de 1958. Nessa época foi criada a CEPLAC. Tendo como referencial esta análise, o ciclo do cacau estaria presenciando uma nova fase, caracterizada por uma crise estrutural da monocultura do cacau. Esta fase possuiria características próprias, como a decadência das grandes fazendas e a existência de grandes latifúndios improdutivos.

Todas essas denominações, segundo o historiador Albione Silva, eram utilizadas dependendo do lugar que se tomava por referência. No entanto, o nome oficial deste povoado foi estabelecido, em 1916, sendo considerado distrito de Camamu, com o nome Distrito de Paz Alfredo Martins.

1.2 A emancipação política do município

O desenvolvimento econômico e a conseqüente formação de uma rica classe de fazendeiros, detentora de poder econômico e político, provocou o surgimento de um movimento emancipacionista a partir da década de 1920. Um dos grandes instrumentos da luta emancipacionista era a publicação de um jornal de circulação interna, que reivindicava a desvinculação completa do distrito Alfredo Martins do município de Camamu. Passados dez anos, exatamente em 1930, o distrito é elevado à categoria de sub-prefeitura, com o nome de Rio Novo.

Em julho de 1931, a área de Rio Novo foi desmembrada do município de Camamu e vinculada ao município de Jequié. O ano de 1932 foi marcado pela divisão da sub-prefeitura de Rio Novo em três distritos (Rio Novo, Tesouras e Barra do Rocha). Nesta fase de transição, preparatória para a consolidação futura de sua emancipação, Rio Novo teve três sub-prefeitos. Finalmente, em 1933, a sub-prefeitura de Rio Novo elevou-se à categoria de município, com o mesmo nome, somente na década de 1950 Rio Novo passa a ser chamado pelo nome de Ipiaú.

Neste contexto os conflitos entre os grandes fazendeiros provocavam o surgimento de novas redefinições territoriais e políticas. O desenvolvimento econômico da região de Ipiaú fez surgir uma elite política, formada por grandes famílias e ricos coronéis que passaram a intervir na vida política do município. É nesse contexto marcado por inúmeras contradições: exclusão, desigualdades sociais e concentração do poder político e econômico por uma minoria de latifundiários que se dá a gestão do prefeito Euclides Neto. As ações do então prefeito chocavam-se diretamente com os interesses de setores tradicionais da elite municipal. No marco dessas ações, está a desapropriação de uma fazenda para fins de reforma agrária.

2. FAZENDA DO POVO: UMA EXPERIÊNCIA DE REFORMA AGRÁRIA

2.1 Euclides Neto e o processo de formação da Fazenda do Povo

Ao assumir a prefeitura de Ipiaú, de 15 de abril de 1963 a 15 de março de 1967, Euclides Neto implementa uma gestão polêmica. As administrações anteriores estavam diretamente comprometidas com as ricas famílias tradicionais, só restava aos trabalhadores o descaso e a inoperância do poder municipal. Seguindo a lógica desigual de toda a região cacauzeira, os políticos e os fazendeiros do município edificaram as suas riquezas e o poder político através da exploração de grande maioria da população.

É nesse contexto, provido de contradições sócio-econômicas, que podemos entender o que foi a administração de Euclides Neto. A partir desta análise, podemos afirmar que a administração de Euclides Neto não marca uma ruptura definitiva e conseqüente (política, ideológica e econômica) com as classes dominantes. O que ele propôs foi um pacto "progressista" com setores da elite da cidade para minorar a situação calamitosa da maioria da população. A sua candidatura contou com o apoio de setores conservadores, que não o viam como uma ameaça aos seus privilégios. No entanto, havia algumas características que distinguiam o prefeito Euclides Neto dos outros gestores. Algo que não era bem visto por um setor da elite municipal.

Entre os anos de 1962 e 1963, abateu-se sob a região um período de seca sem precedentes na história do município de Ipiaú. Este fenômeno climático aliado à miséria e às péssimas condições de vida em que viviam a maioria da população fez aflorar as contradições de uma região construída economicamente sob a exploração dos trabalhadores rurais. A seca foi a "ponta do iceberg" para fazer explodir na cidade um clima de tensão social, a estiagem fez com que as fazendas perdessem toda a sua produção, provocando a demissão em massa de centenas de trabalhadores rurais.

O poder público, na figura do prefeito Euclides Neto, interfere diretamente, com a desapropriação de uma fazenda com 157,25 hectares, mediante o pagamento de uma indenização ao proprietário, ficando conhecida como "Fazenda do Povo", nome dado pelos próprios moradores.

O intuito da desapropriação era possibilitar o acesso à terra às inúmeras famílias despejadas das propriedades rurais que vagavam pelas ruas da cidade. A interferência direta do prefeito Euclides Neto demonstra a capacidade que possuía em equilibrar os conflitos sociais, procurando resolver parcialmente as desigualdades. Neste caso, com a desapropriação de uma área com 157 hectares, a 11 km da sede do município, garantiu aos trabalhadores rurais desempregados a manutenção de suas famílias com o trabalho de subsistência. O prefeito Euclides Neto comenta o surgimento da Fazenda do Povo

Ela nasceu da vontade de fazer uma experiência socialista, sem ficar somente no laboratório de sociologia e política.(...) Com as secas e as fazendas gente, quem mais sofria era o pai de família numerosa. (TEIXEIRA NETO, 1983, p.92).

A desapropriação se deu através do decreto 965, de 8 de julho de 1963, que sancionava a desapropriação para fins de utilidade pública. De imediato, 75 famílias foram alocadas em pequenos lotes e contempladas com um pedaço de chão para plantar e colher a sua sobrevivência. Nesta área desapropriada, 96 hectares foram distribuídas entre as 75 famílias, numa média de 1,27 hectares para cada família. Destas, 10 hectares foram reservadas para o cultivo de plantas oleícolas, onde cada família possuía 400m. Uma área com 28 hectares de plantação de cacau passou a ser administrada pela prefeitura, que revestia os valores arrecadados com a venda do cacau em projetos de assistência social e melhoria da estrutura física da própria fazenda. A Fazenda do Povo possuía ainda seis hectares de mata, onde era proibida a exploração predatória de madeira.

A Fazenda do Povo tornou-se rapidamente conhecida, dezenas de trabalhadores se dirigiam diariamente para a Fazenda com um único intuito: conseguir um lote de terra. A pretensão do Prefeito Euclides era desapropriar uma outra fazenda com 300 hectares, vizinha da Fazenda do Povo, para atender à demanda das famílias sem terras. Numa entrevista, Euclides tece o seguinte comentário:

Em pouco tempo nem um palmo de chão restava. Já batíamos o decreto de desapropriação da fazenda vizinha, com 300 hectares, também abandonada para aumentar a distribuição, quando chegou a coisa de 64 (TEIXEIRA NETO, 1983, pg. 910).

A administração de Euclides foi permeada por inúmeras polêmicas. No entanto, foi durante a sua gestão que a cidade de Ipiaú recebeu o título de município modelo do Brasil. Essas singularidades históricas do município tornaram a administração de Euclides um marco, dentre todas as administrações que passaram pelo município, de defesa dos sem terra e dos trabalhadores rurais. Durante a sua gestão, Euclides deixou bem caracterizado que a propriedade

da terra e a administração do projeto seria de responsabilidade da prefeitura municipal de Ipiaú e cabia a ela e ao seu gestor financeiro, gerenciar e incentivar os trabalhadores na construção da Fazenda do Povo. No entanto, o que se viu nas administrações posteriores foi o descaso político e a inoperância.

2.2 A inoperância dos gestores públicos e o início da descaracterização da Fazenda do Povo.

Na década de 60, caracterizada por ser a quinta fase da economia cacauífera, Ipiaú conhece a sua maior expansão em termos econômicos e presencia uma administração progressista que implementou a Fazenda do Povo. Esta experiência de reforma agrária e assentamento coletivo entraram num processo crescente de alteração do projeto inicial após a gestão do prefeito Euclides Neto. Os avanços conquistados durante a sua administração foram sendo suprimidos por gestões conservadoras e até reacionárias de muitos prefeitos. A organização, a assistência e o incentivo foram bruscamente interrompidos com a entrada dos novos prefeitos. Apesar do descaso das gestões seguintes, que foi a causa central da crescente decadência da Fazenda do Povo, um outro fator de caráter externo, que expressa mais uma contradição da sociedade capitalista, a crise da monocultura do cacau acelerou essa descaracterização.

Durante o período de 1930 a 1980, a lavoura cacauífera alcançara o seu apogeu, tanto na produção como nos preços. A região foi marcada pelo dinamismo econômico e pelo crescimento populacional; foi um período de muita riqueza e distorções sociais. No entanto, a monocultura do cacau não estava imune às crises; em outros momentos ela se manifestou e retornava na década de 1980, quando houve uma queda internacional dos preços do cacau nas bolsas de valores, em função dos níveis elevados de excedentes no mercado mundial. Aliada a esta crise econômica, manifestou-se a praga da vassoura de bruxa e irregularidade climáticas que provocaram uma longa estiagem até meados dos anos 90.

A decadência da lavoura cacauífera atingiu toda a região, afetando diretamente a Fazenda do Povo que ainda dependia desta cultura. Nos tempos áureos do cacau, a região Sul da Bahia foi a segunda maior produtora de cacau do mundo, sendo produzidas 400 mil toneladas do fruto por ano, e empregadas 300 mil pessoas. A crise acarretou numa redução da produção para 100 mil toneladas e provocou a demissão de 250 mil trabalhadores. A população rural do município de Ipiaú reduziu-se à metade; no início da década de 1980 eram 12 mil pessoas, atualmente são apenas seis mil pessoas.

As fazendas tornaram-se grandes latifúndios improdutivos. As desigualdades sociais vêm provocando uma série de conflitos como ocupações de terrenos e prédios pelo sem teto e fazendas improdutivas pelo MST. Um número significativo de trabalhadores rurais e camponeses engrossou, nestes últimos anos, as fileiras de desempregados. O desemprego já atinge 40% da população economicamente ativa da cidade.

A crise do cacau contribuiu de maneira decisiva na desfiguração espacial e econômica da Fazenda do Povo. A produção do cacau, antes administrada pela prefeitura, que revestia todo o lucro da venda do cacau na própria fazenda, com a crise, essa produção caiu drasticamente (de 1000 arrobas para 200), desempregando 26 pessoas que trabalhavam na colheita do fruto. Nunca existiu, nos orçamentos municipais das sucessivas administrações, uma política de reestruturação da Fazenda do Povo e um acompanhamento capaz de superar a crise do cacau.

O processo de educação política dos moradores fora interrompido com o término da gestão de Euclides Neto, a monocultura do cacau prosseguia sendo um empecilho no avanço da consciência de muitos trabalhadores rurais que não conseguiam enxergar outras alternativas de produção; de fato a burguesia, os grandes latifundiários, aliados aos políticos tradicionais da

cidade, tiveram êxitos na suas políticas de desconstrução do significado político, ideológico e econômico da Fazenda do Povo.

2.3 A atual situação da Fazenda do Povo

No final da década de 1980, a Fazenda do Povo alcança o mais absoluto isolamento e descaso. Atualmente residem nesta comunidade rural cerca de 75 famílias; são quase 450 moradores, 104 casas, uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde e cinco casas comerciais. No início de 2003, a gestão da Fazenda do Povo passou a ser de responsabilidade da Associação de Moradores da Fazenda do Povo.

Existem grandes carências nesta comunidade, pois se trata de um povoado em área rural, com pouca ou nenhuma infra-estrutura. As ruas não são pavimentadas e não existe varrição nem coleta de lixo. O povoado se abastece de água não tratada. Partes das edificações possui fossa, outras tem seus esgotos correndo por valas a céu aberto. (TEIXEIRA, 2004, p.9)

A atual gestão (Prefeito José Andrade Mendonça) pôs em prática um antigo projeto pretendido por gestões anteriores. A essência e o objetivo deste projeto é desvincular, por completo, a Fazenda do Povo do orçamento da prefeitura. O projeto está sendo implementado a partir de Sistema de Comodato, que consiste num conjunto de normas jurídicas imposta aos moradores. Sob o argumento de que estaria dando mais autonomia aos moradores, a atual gestão impõe um duro golpe que retira a responsabilidade do gestor público em financiar a Fazenda do Povo. A partir deste projeto, caberá aos moradores a responsabilidade para com o financiamento das obras, através da auto-gestão financeira, ou seja, não haverá mais incentivos para produção, habitação e outras necessidades. Historicamente, os moradores sempre reivindicaram mais autonomia em relação à prefeitura. Grande parte dos projetos implementados pelos gestores públicos nestes 42 anos de existência da Fazenda do Povo não foram discutidos com os moradores.

Após a demissão em massa ocorrida em 2003, os trabalhadores viram-se sem perspectivas, pois a crise na lavoura do cacau que reduziu a produção do fruto em 1000 arrobas, hoje o cultivo é de apenas 240 arrobas, e a falta de incentivo por parte da prefeitura no cultivo de outras culturas como banana laranja e mandioca criaram uma situação insustentável. De acordo com os relatos de muitos moradores, famílias inteiras abandonavam ou vendiam ilegalmente os seus lotes.

Atualmente as famílias (cerca de 75) que residem na Fazenda do Povo vivem diretamente da exploração de atividades agropecuárias e do cultivo de oleícolas (hortaliças). As famílias possuem em média oito membros. Parte desses membros vive de atividades comerciais e prestação de serviços nas fazendas da região. A renda média das famílias é de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensalmente. Há poucas perspectivas para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, apesar do grande potencial agrícola. No entanto, 42 anos depois de implantada, este assentamento rural continua existindo, mesmo diante do descaso e da inoperância dos gestores públicos municipais.

CONCLUSÃO

A Fazenda do Povo materializou uma experiência singular de Reforma Agrária. Nasceu com o intuito de possibilitar o acesso à terra a famílias de trabalhadores rurais desempregados.

Por ser uma das primeiras experiências de reforma agrária implementada por um gestor público municipal na Bahia, a Fazenda do Povo tornou-se referência para outras experiências de distribuição e coletivização da terra. A Fazenda do Povo despertou também o interesse de intelectuais e militantes sociais comprometidos com a luta pela Reforma Agrária. Um outro aspecto importante é que a Fazenda do Povo possui para os atuais moradores um grande valor simbólico, pois representa a incansável luta de seu idealizador, Euclides Neto.

Nestes 42 anos de existência (1963-2005), a Fazenda do Povo vem resistindo ao descaso e inoperância dos gestores públicos municipais que sucederam Euclides Neto. O acompanhamento e o financiamento por parte da prefeitura reduziram-se a cada novo prefeito. Os moradores nunca alcançaram a autonomia necessária para melhor gerenciar a Fazenda do Povo; os projetos eram e continuam sendo implementados sem a participação dos moradores.

A partir de 2002, através de uma espécie de contrato, conhecido como Sistema de Comodato foi concedida a autonomia financeira e o controle direto da Fazenda do Povo pelos moradores, no entanto, esta autonomia visa a completa desvinculação da Fazenda do Povo do orçamento municipal. Este projeto foi elaborado em 1989, porém não foi implementado naquele ano. Após 13 anos, o projeto foi resgatado pela atual administração municipal, do prefeito José Andrade Mendonça, que, ao mesmo tempo em que implementava o Sistema de Comodato, dava início à criação da Associação de Moradores da Fazenda do Povo. O objetivo central deste contrato é transformar os antigos assentados em pequenos proprietários rurais, sujeitos a serem expulsos da terra caso o contrato não seja cumprido. Hoje, esta comunidade rural possui todos os problemas comuns a uma favela urbana (violência, prostituição, falta de saneamento básico e outros).

O único caminho possível para a reestruturação da Fazenda do Povo como assentamento rural coletivo é a organização dos atuais moradores em articulação com outros movimentos sociais que atuam na cidade (MST, movimento sem teto etc.), utilizando-se da pressão popular para exigir do poder público municipal incorporação da Fazenda do Povo no orçamento do município. Resguardar este símbolo de coletivização da terra que é a Fazenda do Povo significa demonstrar a viabilidade da construção de novos assentamentos rurais, tendo em vista a existência de grandes latifúndios improdutivos na região sul da Bahia. A Fazenda do Povo continua sendo um exemplo de distribuição da terra e organização do espaço. A luta pela Reforma Agrária, no município de Ipiaú, passa por reconstruir o espaço coletivo da Fazenda do Povo.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do Trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

ROLIM GARCEZ, Angelina Nobre. **Mecanismos de formação da propriedade cacauzeira no eixo Itabuna/Ilhéus - 1890- 1930**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1997.

SILVA, Albione Sousa. **O caráter socialista da gestão Euclides Neto no município de Ipiaú (1963-1967)**. Monografia (Curso de História) Universidade estadual Santa Cruz. Ilhéus, 2003.

TEIXEIRA, Denise Mendonça. **O Município de Ipiaú e a cultura do cacau**. São Paulo: USP, 2004. Monografia.

TEIXEIRA NETO, Euclides José. **64: Um Prefeito a Revolução e os Jumentos**. Salvador: Fator, 1983.

TEIXEIRA NETO, Euclides José. **Trilhas da Reforma Agrária**. São Paulo: Littera, 1999.